

Desafios metodológicos de pesquisa sobre jovens no Brasil contemporâneo

Methodological challenges of research on young people in contemporary Brazil

Marcos Rodrigues de Lara¹

Resumo

Este artigo apresenta para discussão os desafios metodológicos enfrentados em pesquisas cujo objeto de estudo seja a juventude no Brasil contemporâneo. É alvo desta análise a abordagem dos desafios (1) de definição do objeto de pesquisa quando se aborda o tema da juventude; (2) de definição de quem se enquadra na categoria de jovem que possa ser pesquisado; (3) de tratar a juventude no singular ou no plural; (4) de definir o papel do consumo na constituição da identidade do jovem; (5) ler a participação política dos jovens na esfera pública e (6) encerra com uma reflexão sobre o conceito de classes sociais.

Palavras-chave

Jovens urbanos; consumo; pesquisa; metodologia; manifestação política

Abstract

This article brings to discussion the methodological challenges faced in researches which the object of study is the contemporary Brazilian youth. In this analysis there are many targets to approach the challenges of (1) to define the research object when approaching youth; (2) to define who is eligible to be considered young to be researched; (3) to approach youth in singular and plural; (4) to define the role of consume in the identity constitution of the young people; (5) to understand the political participation in the public sphere and (6) to close with a reflexion about the concept of social classes.

Keywords

Urban youth; consumption; research; methodology; political manifestation

Introdução

Minhas principais fontes de dados e de inspiração para esse artigo foram os projetos de pesquisa nos quais estive envolvido nos dois últimos anos (2007/2008). O primeiro diz respeito à minha tese de doutorado desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dr^a Silvia Helena Simões Borelli junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. O tema de minha tese é o reencantamento do mundo juvenil e para ela foi desenvolvida uma pesquisa cujo

¹ Doutor em Educação e doutorando em Ciências Sociais pela PUCSP; professor universitário e pesquisador integrante do grupo de pesquisa “Imagem, metrópole e culturas juvenis” (PUCSP) onde participa da pesquisa internacional “Jovens urbanos”, como investigador do Grupo CLACSO Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina; tem publicações, sendo a mais recente o capítulo do livro “Culturas juvenis no século XXI” e participação em congressos na área: laramarc@uol.com.br

objetivo era o de identificar a força da imagem publicitária como fonte de encantamento da vida para jovens da periferia na cidade de São Paulo. Esta investigação privilegiou a análise qualitativa e a crítica cultural por meio da observação e da apreensão de narrativas e relatos produzidos e apropriados por jovens urbanos da periferia da cidade de São Paulo.

A segunda pesquisa na qual estive – e ainda estou – envolvido nesse período é a desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Imagens, metrópole e culturas juvenis”, do qual faço parte como pesquisador, coordenado pela Prof^a Dr^a Silvia Helena Simões Borelli, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, registrado junto ao CNPq pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; esta mesma investigação me vincula ao Grupo CLACSO “Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina”.

A intenção deste artigo não é o de apresentar ou discutir os dados que resultaram destas pesquisas, mas participando de um dossiê sobre a juventude, aproveitar a oportunidade para repensar os desafios metodológicos enfrentados em ambas as situações na abordagem desse tema, na atual realidade brasileira. Isso talvez possa ajudar futuros pesquisadores sobre o tema a construírem metodologicamente seus objetos de pesquisa de forma menos conflitiva com a realidade que se nos apresenta quando abraçamos esta tarefa.

Desafio 1: O que se pesquisa quando o objeto é a juventude?

Em nosso cotidiano nos deparamos com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens. Uma das mais arraigadas é a que enxerga a juventude em sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, a confirmação do sentido das suas ações no presente. Sob essa ótica, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não se chegou a ser, negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente no universo escolar aonde em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido dos jovens como espaço válido de formações, bem como as questões existenciais que eles expõem, mais amplas do que apenas o futuro.

Uma outra imagem presente se refere a uma visão romântica da juventude, resultado do florescimento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens, que se traduziu, entre outros, em modas, adornos, locais de lazer, músicas, revistas etc. Nessa visão a juventude é reduzida a um tempo de liberdade, de prazer e de

expressão de comportamentos exóticos. A essa idéia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil.

Foi na mudança social promovida a partir dos anos 50, que se estabeleceu uma cultura juvenil-adolescente na sociedade contemporânea. Marcada, inicialmente, pelo movimento *beat*, expressando o caráter pessimista de uma parcela jovem descrente do passado e do futuro. O *beat* foi um movimento poético e literário. O termo significava não só batida, mas beatitude, santificação, como também a batida do jazz, o embalo, o ritmo também usado para representar cansaço, saturação. A estética *beat* valorizava a espontaneidade, a natureza e a expansão da percepção, que seus integrantes alcançariam através das drogas, do jazz e da disseminação das religiões orientais, numa busca incessante de uma ordem espiritual: a “viagem” interna.

Outro movimento marcante foi o *rock and roll*, que através da música, teve a capacidade de levar um toque de irreverência e descontentamento, expressando as desesperanças e associado à delinqüência juvenil nos anos 50. O rock é resultado da aplicação de tecnologia do século XX sobre formas musicais simples de raízes folclóricas, que, ao atravessar as experiências sociais intensas de cada tempo, se impõe ao ouvinte, não se deixa usar meramente como música de fundo e penetra na sensibilidade de cada um.

Através do cinema, também se difundiram novos modelos de comportamento, como os heróis adolescentes vividos por Marlon Brando e James Dean, símbolos de uma juventude cujos problemas eram ignorados pela sabedoria adulta; os filmes *O Selvagem da Motocicleta* e *Juventude Transviada* retrataram para a sociedade conservadora da época, temas novos que abordavam a rebeldia juvenil, as questões da sexualidade reprimida e a carência afetiva gerada pelo distanciamento dos jovens no próprio seio da família.

Essas imagens convivem com outra: a juventude vista como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou personalidade. Ligado a essa idéia, existe uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento familiar, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora.

Torna-se necessário por em questão essas imagens, pois quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de

forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens reais, principalmente se forem das camadas populares, constroem a sua experiência como tais.

Elaborar uma definição da categoria da juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. No processo de construção social, cabe-nos destacar que, em nenhum lugar, em nenhum momento da história, a juventude poderia ser definida segundo critérios exclusivamente biológicos ou jurídicos. Sempre e em todos os lugares, ela é investida de outros símbolos e de outros valores.

Cada juventude pode definir e reinterpretar à sua maneira o que é ser jovem, buscando contraste não só em relação às crianças e adultos, mas entre outras juventudes. Desse modo, a juventude como categoria social também é a representação social simbolizada e vivida com diversidade na vida cotidiana, uma vez que é um mix entre combinações das situações sociais e das diferenças culturais.

Os indivíduos não pertencem a grupos etários; eles passam por faixas etárias. Ao atravessarem essas faixas, que pode ser com maior ou menor espaço de tempo, estabelecem com a sociedade uma condição de jovem, que caracteriza a juventude, “determinando tanto as atitudes sociais, a atitude dos outros no seu confronto, quanto à visão que os jovens têm de si mesmo” (Levi, 1995:9).

A sociologia trabalha com a concepção de juventude quando trata do período de passagem entre as funções sociais da infância e as funções sociais do ser adulto. Os significados simbólicos de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade se articulam nessa construção cultural. Sob esse olhar cruzado e ambivalente, no qual se misturam atração e desconfiança, as sociedades sempre construíram a juventude como um fato social intrinsecamente instável, como uma realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos, e não só como um fato social simples, analisável de imediato.

Desafio 2: Quem é jovem para ser pesquisado?

Até meados dos anos 1970, os acontecimentos que marcam os diferentes estágios da vida obedeciam à determinada seqüência, garantindo à maioria das pessoas uma dose de previsibilidade. Após uma infância dedicada a desenvolver a sociabilidade, com ampla dependência em relação aos pais, atingia-se, em torno dos 15 anos, a

adolescência – marcada por uma espécie de autonomia relativa, pela busca de mecanismos de rompimento com os laços de família e pela busca da própria identidade. Entre os 18 e os 25 anos – numa categoria que genericamente passou a chamar-se juventude –, a expectativa era de que aquele jovem completasse sua busca e seu período exploratório, amadurecendo para entrar na vida adulta. A partir desse período, numa certa ordem, uma série de acontecimentos balizaria sua existência: o primeiro emprego, o casamento, o primeiro filho, o ninho vazio, a aposentadoria e a viuvez, até a chegada da morte.

Entretanto, a partir do início dos anos 1980, os balizadores das normas de infância, juventude e vida adulta começaram a perder nitidez, na sua mescla com as diferentes categorias etárias, ao mesmo tempo em que os comportamentos “fora das normas convencionais” passaram a ser cada vez mais aceitos pela sociedade. A infância se encurta, a adolescência se estica, e torna-se comum que o amadurecimento e a passagem para a vida adulta aconteçam somente quando o jovem sente segurança na sua inserção no mercado de trabalho. Essa situação tende a ocorrer depois dos 30 anos. Muitos casais decidem ter filhos em torno de 40 anos, empurrando a chamada meia-idade para meados dos 60. As mudanças mais citadas são as que ocorrem após os 60 anos, já que grande parte das pessoas nessa faixa etária se sente em total falta de sintonia com sua idade real. As pessoas de 20, 30 e 40 anos estão cada vez mais parecidas, assim como as de 50, 60 e 70 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) aprovado em 13/07/1990 (Lei 8069), considera criança, para os efeitos da Lei, o menor de 12 anos, e adolescente aquele com idade compreendida entre 12-18 anos, não fazendo qualquer referência à chamada juventude. Para as Nações Unidas, são jovens os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, mas salvaguarda que, de acordo com a realidade, cada país pode estabelecer sua “faixa jovem”. Para a CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento -, a estratificação do grupo jovem (15-24 anos) é dividida em faixas de idades que correspondem a público-alvo, subdividindo os seguintes recortes etários: 15 a 17 anos - jovens adolescentes; 18 a 20 anos - jovens; e 21 a 24 anos, jovens adultos. Segundo os institutos de pesquisa (Ibope e Ipsos/Marplan) os jovens são identificados na faixa etária dos 15 aos 24 anos. No Brasil, de acordo com a Lei 11.129, de 30/06/2005, para fins das Políticas Públicas do Governo Federal, jovem é o brasileiro que se encontre na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Para uma grande parcela de jovens, os anos que se estendem dos 18 aos 30 são de extrema importância, marcados por grandes mudanças. É nesse período que eles avançam na formação educacional e obtêm treinamento, construindo os alicerces para a definição das suas ocupações futuras e, portanto, de seu nível de rendimento. Em torno dos 30 anos, a maioria dos jovens já fez suas escolhas. Trata-se efetivamente de uma fase marcante para as pessoas, tanto que, quando já adultas, ao refletirem sobre eventos que marcaram suas vidas, é comum que elas se lembrem, principalmente, de sua juventude.

As mudanças demográficas profundas que tiveram lugar desde início do século XX – aliadas à expansão da escolaridade demandada por uma sociedade que se industrializava e tornava-se mais complexa –, foi crescentemente configurando esse período, não como uma simples transição para a vida adulta, mas como uma fase distinta no ciclo da vida. Sua especificidade maior seria uma espécie de “legitimidade” para explorar possibilidades nos relacionamentos afetivos, no trabalho e nas visões de mundo em geral. O prolongamento do espaço “juvenil” de uma sociedade pode ser detectado pelo adiamento da idade de casamento. Diante desse cenário, é no mínimo surpreendente constatar que no espaço de 20 anos, entre 1980 e 2000, as idades médias de casamento e do primeiro filho tenham permanecido praticamente estáveis no Brasil, em um patamar que está longe do que poderíamos chamar de prolongamento da juventude.

Torna-se fundamental destacar que a emergência desse período rico na exploração de possibilidades e escolhas e na vivência de variadas experiências só tem sido possível em países que democratizaram de forma massiva o acesso ao ensino, pari passu ao prolongamento da esperança de vida. Assim, na medida em que as sociedades são mais afluentes, e exigem mais qualificação para obtenção de melhores rendas, tornam-se mais propensas a dar aos jovens a oportunidade de estender o período de moratória da juventude, até porque nesses países, com o avanço da tecnologia, as famílias vão perdendo a necessidade de envolver crianças e adolescentes no processo produtivo. Essa tendência deve acentuar-se com o maior envolvimento dos países no processo de globalização da economia mundial.

No entanto, não são todos os brasileiros que seguem o modelo de transição antecipada para a vida adulta. Uma pequena parcela, que detém os maiores rendimentos e níveis de escolaridade, já apresenta um comportamento bem próximo ao daqueles países desenvolvidos. Na verdade, o Brasil é também extremamente desigual no espaço

concedido à moratória juvenil, e essa desigualdade certamente aumentou no decorrer das últimas décadas.

A progressão na educação é fator decisivo na constituição da própria identidade juvenil. No Brasil, entre os mais bem colocados na estrutura de rendimentos, o termo educação continuada já é recorrente e faz parte do projeto de vida das pessoas. Os jovens que estão adiando a entrada na vida adulta encontraram uma boa justificativa para esse comportamento: continuar estudando.

Do ponto de vista das pessoas, a antecipação da entrada na vida adulta significa a eliminação de um importante momento de exploração e experimentação, tanto no campo da afetividade como na preparação e qualificação para tarefas mais produtivas e mais bem remuneradas. Do ponto de vista da sociedade, acarreta menos desenvolvimento, manutenção das desigualdades sociais e persistência da pobreza.

Desafio 3: Podemos tratar da juventude, no singular?

O conceito de juventude não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes à homogeneização. A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem. Essa diversidade presente no cotidiano nem sempre encontra correspondência nas representações existentes na sociedade sobre a juventude; é comum que essas sejam ancoradas em mobilizações sobre o que seria o jovem típico e ideal. Quase sempre os modelos se espelham em jovens de classe média e alta reforçando estereótipos nas relações entre as classes sociais.

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar e representar esse momento. Essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos.

Construir uma noção de juventude na ótica da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento numa perspectiva de totalidade, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto

social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado ao se entrar na vida adulta.

A juventude deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que esse proporciona. Assim, os jovens constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem. É nesse sentido que enfatizo a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito inserido em determinada realidade social e histórica.

Desafio 4: Qual o papel do consumo nas pesquisas de juventude?

Na sociedade contemporânea, a cultura do consumo, dos bens materiais, deve ser compreendida dentro do universo cultural a que pertença, ou seja, inserida na relação social dos objetos. Segundo Baudrillard (1995a), o consumo é uma lógica no plano das significações, na qual um objeto assume determinado valor de uso e troca, de acordo com o seu estatuto lógico como objeto.

Um objeto de consumo, segundo Baudrillard (1995b), é um objeto-signo apropriado, mantido e manipulado pelos sujeitos, numa relação concreta de desejo e imposição integral do código junto à sociedade. Essa relação se encarrega de atribuir uma lógica do signo e da diferença, idéia central do pensamento de Baudrillard (1995a), quando teoriza acerca das lógicas sociais de consumo a partir das significações.

O verdadeiro objeto de consumo é aquele que, desvinculado das funções de símbolo, utensílio e produto, está liberto para a lógica formal da moda, isto é, pela lógica da diferenciação. Como diferença codificada, é ele o objeto de consumo, regendo um valor social. Assim, um objeto-signo ganha seu sentido na relação diferencial com outros objetos-signo, diferente da relação que se supõe entre duas pessoas. Só podemos falar de consumo quando os objetos se autonomizam como signos diferentes.

Quando tomamos como exemplo os jovens adultos, que vivem numa época em que o marketing e a publicidade são onipresentes, constatamos que eles colecionam atos

de compra e venda, nos quais uma coisa leva à outra. O shopping *spree* – um impulso teoricamente irrefreável, enquanto houver condições financeiras – está presente no seu universo, assim como os signos diferenciais, numa “urgência em produzir significados, sentido, em fazer com que exista o um-para-o-outro antes que o um e o outro existam para si” (Baudrillard, 1995b:64).

Os indivíduos procuram consciente ou inconscientemente, posição social e prestígio. É nas estruturas do inconsciente que se ordena à produção social das diferenças. Ou seja, o consumo, como intenção do sujeito para com o objeto, é uma relação econômica que envolve a troca. Já a produção social de diferenças se dá no mesmo movimento, porém sistematizado em forma de código, mais em termos de prestígio do que de estrutura de troca, transformando produtos e marcas em símbolos de status e estratificação social.

Se a cultura de massa nos remete a uma relação desenraizada, móvel, em relação ao tempo e ao espaço, por um lado, nossa vida é menos escrava das necessidades materiais, mas, por outro, se torna escrava das futilidades.

Para Featherstone (1997), a cultura é um conjunto de características que diferenciam um grupo de outro. Mas também é um determinado conjunto de fenômenos que são diferentes de um outro conjunto de fenômenos dentro de qualquer outro grupo. Paira a dúvida: quem é que possui essa cultura? De um modo geral, as nações possuem uma cultura geral. E as tribos e ou grupos étnicos, por exemplo, possuem uma determinada cultura.

Algumas tendências da sociedade moderna nos permitem identificar as características dos adulescentes. Começemos pelo conceito de norma. Segundo Morin: “é constituída por tendências dominantes – a tendência à industrialização, a tendência à urbanização – às quais se oporão não mais tendências ‘reacionárias’ clássicas, porém contratendências ambíguas orientadas para o futuro e para o passado o que se pode chamar de regulação” (1997:128).

Na sociedade contemporânea, o sucesso da mídia e da publicidade decorre da influência e do poder de persuasão, junto aos potenciais consumidores, que, impulsionados a comprar e a usar, determinados produtos, buscam uma distinção identitária que o possuir pode proporcionar. Quando falamos em persuasão, não estamos nos referindo à compulsão de compra e aos condicionamentos pelos objetos, mas à adesão ao consenso social que certo discurso sugere na relação do sujeito com os objetos e, conseqüentemente, com a sociedade.

Desafio 5: Como ler a participação política dos jovens?

Na abordagem do tema da participação política juvenil torna-se necessário um primeiro movimento de desconstrução do conjunto de imagens e certezas socialmente elaboradas e que dificultam a apreensão da dinâmica própria através da quais os jovens se apresentaram na cena pública nesse início de século. É interessante compreender as formas e temas em torno das quais os jovens vieram e vêm se mobilizando e se inserindo na esfera pública, forçando sua visibilidade num contexto adverso que tende a lhes negar a condição de sujeitos de direitos.

Uma primeira imagem a ser superada é aquela que restringe a idéia de participação às formas de militância nos partidos políticos ou no movimento estudantil, dois espaços tradicionais de inserção dos jovens na vida política. E é, quase sempre, nesse enfoque que se avalia o grau de participação das novas gerações através de pesquisas e sondagens, cujos resultados tendem a ser pessimistas. A pesquisa “Os jovens e o consumo sustentável” (pesquisa realizada pelo Instituto Akatu no ano de 2002), por exemplo, revela que apenas 10% dos entrevistados declararam interesse pela política, menor do que aqueles que revelaram gostar de videogame (11%).

Pesquisas como essas, quando analisadas de forma descontextualizada, reforçam estereótipos socialmente criados a respeito da juventude brasileira nesse início de século. Essas representações, cujo modelo simbólico é a idealizada juventude de 68, reafirmam a tematização da juventude como um problema social, tanto na opinião pública como em correntes do pensamento acadêmico. Ao mesmo tempo reforçam certo ceticismo, no qual os jovens seriam apenas a expressão radical de uma sociedade que se volta sobre si mesma, numa exacerbação da esfera íntima e de interesses de natureza individualista. Mas será essa toda a realidade da juventude dos anos 2000 no Brasil ou estaremos diante de problemas de observação e investigação que não conseguiram e não conseguem perceber novas formas e espaços de ação coletiva dos jovens?

Não podemos escamotear a existência, por parte dos jovens, de uma negação das formas tradicionais de participação, como os partidos e sindicatos, principalmente quando essas são dominadas pelos vícios do clientelismo e nepotismo. Mas este não é um fenômeno tipicamente nacional, sendo também constatado na Europa: pesquisas evidenciam o afastamento dos jovens dos sindicatos, mas não a sua negação; a desconfiança em relação aos partidos, mas o reconhecimento de um interesse difuso sem a participação correspondente; e a busca de uma política sem rótulos tradicionais que designam posições de direita e esquerda. Acredito assim que, ao contrário dos

estereótipos existentes, a juventude brasileira desenvolveu formas de participação social, muitas delas passando despercebidas, ou não sendo consideradas devido ao seu caráter descontínuo.

As novas formas e temas através das quais os jovens vêm se colocando na cena pública podem ser indicador de um quadro de crise das formas tradicionais de participação, o que aponta para processos de mutação no campo da política, no qual a ação coletiva dos jovens, bem como os movimentos sociais, podem estar ocorrendo de formas múltiplas, variáveis e com níveis diversos de intervenção no social, muitas vezes de forma fluida e pouco estruturada.

Outras modalidades de ações coletivas, apesar de serem ainda pouco estudadas, surgem como as associações em torno de atividades voluntárias, comunitárias ou de solidariedade. As formas de mobilização e organização são as mais diversas, acontecendo desde campanhas pontuais como aquelas que recolhem alimentos contra a fome ou mobilizações em torno da qualidade de vida e do meio ambiente até mesmo o surgimento de organizações não governamentais (Ongs) criadas e geridas por jovens, com ações mais contínuas em diferentes direções. Chama a atenção o caráter local dessas ações, articulando-se a partir dos espaços de moradia e de questões relacionadas com a urbanidade, elevando a cidade como espaço e tema preferencial da participação juvenil.

Uma dimensão inovadora constatada sobre a juventude é o alargamento dos interesses e práticas coletivas juvenis, com ênfase na importância da esfera cultural que fomenta mecanismos de aglutinação de sociabilidades, de práticas coletivas e de interesses comuns, principalmente em torno dos diferentes estilos musicais. O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais nos quais os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, professores ou patrões assumem um papel de protagonistas, atuando de alguma forma sobre o seu meio, construindo um determinado olhar sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca. Nesse contexto, a música é a atividade que mais os envolve e os mobiliza. Muitos deles deixam de ser simples fruidores e passam também a ser produtores, formando grupos musicais das mais diversas tendências, compondo, apresentando-se em festas e eventos, criando novas formas de mobilizar os recursos culturais da sociedade atual além da lógica estreita do mercado.

Se na década de 1960 falar em juventude era referir-se aos jovens estudantes de classe média e ao movimento estudantil, nos anos 2000 implica incorporar os jovens das

camadas populares e a diversidade dos estilos culturais existentes, protagonizada pelos *punks, darks, roqueiros, clubers, rappers, funkeiros* etc.

A mobilização em torno das expressões culturais pode estar apontando para questões centrais na sociedade contemporânea. Podem ser expressão do processo de transformações profundas pelas quais vem passando a sociedade brasileira e mundial, tendo na informação, no campo simbólico e na disputa do controle dos recursos simbólicos o eixo em torno dos quais se caracteriza a chamada sociedade complexa.

As ações coletivas juvenis compreendidas como redes sociais, nos colocam diante da tensão existente entre a dimensão local e a dimensão global (Ortiz, 1991 e Garcia Canclini, 2005) tanto do ponto de vista da produção cultural quanto do ponto de vista espacial. Essa discussão tem de ser apresentada no contexto do processo das transformações sócio-culturais que vêm alterando o perfil da produção social em âmbito mundial. Ela tornou as populações locais informadas sobre mercadorias, estilos de vida, símbolos e culturas remotas, como nunca dantes; mas, graças à substancial ampliação dos horizontes dentro dos quais as populações locais medem suas realizações, talvez tenha intensificado o sentimento de privação relativa.

Os momentos de visibilidade são esporádicos e respondem a problemas específicos, pois não há indícios de uma unificação em torno de um ator privilegiado ou de apenas uma única dimensão do sujeito. Essa multiplicidade de formas pode ganhar visibilidade em algumas conjunturas ou em experiências de organização de redes articuladas, quando a identidade e autonomia dos grupos são preservadas. Mas as dificuldades de constituição da ação coletiva juvenil são muitas e tendem a serem atenuadas quando encontram uma rede de proteção e apoio, de ongs ou políticas públicas, o que aponta para a importância crucial da sociedade reconhecer a juventude como detentora de direitos, possibilitando que as coletividades juvenis sejam atores na inovação política e social da sociedade contemporânea.

Considerações finais

Longe de tratar de conclusões, gostaria de fazer algumas considerações finais ao que me propus a apresentar aqui, principalmente em relação ao tratamento do tema classes sociais em pesquisas sobre juventude.

Os discursos, que identificam e dividem simbolicamente as classes – e aludem a marcas de distinção material e simbólica –, trazem à lembrança os debates sociológicos sobre "classe" e "*status*". Devido à clareza de determinadas afirmações de Weber sobre

as diferenças entre classe e *status*, às vezes esquecemos que ele dá espaço à discussão sobre as inter-relações dos dois conceitos. Cabe notar, nesse sentido, que Weber aponta para um refluxo do *status* em períodos de instabilidade econômica. Ele afirma, por exemplo, que: "Quando as bases da aquisição e da distribuição de bens são relativamente estáveis, a estratificação por *status* é favorecida. Todo reflexo tecnológico e transformação econômica ameaçam a estratificação por *status* e trazem ao primeiro plano a situação de classe" (Gerth e Mills, 2002:135-136).

Isto significa que as distinções mais sutis de estilos de vida somente produzem efeito quando existe afluência e lazer? Pode ser que não. Concordo com a idéia de que a situação de classe passa a ser uma preocupação primordial em épocas de instabilidade econômica, mas circunstâncias ameaçadoras não levam as pessoas a atribuir menos importância às questões de honra social e às diferenças de estilo de vida, pelo contrário. Como se sabe, foi Bourdieu (2007) quem acentuou de modo mais convincente a relação intrincada entre classe e *status*.

Bourdieu tem uma capacidade quase assustadora de mostrar que determinadas atitudes se associam (quer dizer, se identificam, desmentem) indiscretamente à posição da pessoa na estrutura de classes. Um dos principais argumentos de Bourdieu é o de que os sistemas de educação e afirmação de gosto funcionam tão bem para legitimar a cultura dominante e a reprodução das relações de classe exatamente porque aparentam ser uma esfera "autônoma" do econômico e do político. A função da educação é a de "ocultar" essa relação. Da mesma maneira, haveria no gosto um "desconhecimento" dos suportes materiais dos atributos adquiridos. Essa concepção do capital cultural/capital simbólico da educação e do gosto está coerentemente presente em toda a obra de Bourdieu.

A distinção carregada de valores entre práticas de consumo (formando as categorias alta e baixa) talvez ofereça algum consolo na forma de uma superioridade moral; mas será que isso significa que as pessoas das camadas mais baixas fazem uma "escolha do necessário", como diz Bourdieu? Segundo ele, fazer essa "escolha" é a sina de uma classe inferior, ao passo que os grupos que não estão sujeitos a limitações econômicas podem usufruir um gosto pelo não funcional. A aplicação dessa "escolha" à classe operária é controversa. Em poucas palavras, afirma-se que aqueles que estão presos à necessidade também sonham, também têm gostos bem definidos. Além disso, o inverso pode não ser verdadeiro.

Bourdieu argumenta com razão que as lutas simbólicas convergem para o gosto e a cultura. Pode ser que os agentes em questão desejem "desconhecer" as bases econômicas das diferenças que tanto prezam. É bem possível que a afirmação do seu gosto contra o de outros grupos ignore que a moda que defendem não existe em um universo absoluto de julgamentos de gosto, mas em *relação* àquele de que zombam. Entretanto, e é este o ponto que gostaria de salientar no que diz respeito ao consumo cultural, a clareza com que o assunto é tratado sugere menos o desconhecimento das relações entre poder econômico e cultura, ou gosto, do que uma admissão finamente velada dos vínculos entre essas duas dimensões.

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água.
- BAUDRILLARD, Jean (1995a). *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- BAUDRILLARD, Jean (1995b). *Para uma crítica da economia político do signo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- BORELLI, Silvia Helena S. e FREIRE FILHO, João (orgs.) (2008). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC.
- BOURDIEU, Pierre (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2001). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Lei nº 11.129 de 30 de Junho de 2005. Institue o Programa Nacional da Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional da Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28/05/2003, e nº 10.429, de 24/04/2002; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 01/07/2005.
- BRASIL. CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (2007). *Evolução e Características da população jovem no Brasil*. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas - vol. I*. Brasília: CNPD.
- FEATHERSTONE, Mike (1997). *Cultura do consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- GARCIA CANCLINI, Néstor (2005). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright. (2002). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.
- IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (2007). *Levantamento sócio-econômico 2007*. São Paulo: Ibope.
- IPSOS-MARPLAN (2007). *Observatório de tendências Brasil*. São Paulo: Estudos Marplan.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. (org.) (1996-a). *História dos jovens 1. Da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. (org.) (1996-b). *História dos Jovens 2. A época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MORIN, Edgar (1997). *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo 1. Neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ORTIZ, Renato (1991). *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Perspectiva.